

Transexualidade e gênero: uma intervenção com acadêmicos de Psicologia

Gracieli Mühl Zapello¹
Luciane Ferreira da Silva Justino²
Orientador(a): Prof^a Fernanda Vaz Hartmann³

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de uma intervenção reflexiva sobre transexualidade e gênero realizada com acadêmicos da Psicologia do Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha (Cesuca). Este estudo teve um caráter exploratório, delineamento quantitativo e contou com 165 participantes. O instrumento utilizado foi uma dramatização das vivências de indivíduos transsexuais nos diferentes contextos (escola, família e trabalho) seguido de um questionário em que se obteve respostas sobre os sentimentos despertados e as informações obtidas com a dramatização. A análise dos resultados foi realizada através do levantamento das frequências do questionário. Inferiu-se através dos resultados que os participantes conseguiram se conectar com o sofrimento dos indivíduos transgênero e consideraram de suma importância essas reflexões. Intervenções como essa podem ser realizadas em outros espaços, principalmente em contextos de escola, ensino médio e ensino fundamental, onde o preconceito e a discriminação ainda imperam.

Palavras-chave: Transgênero; Preconceito; Intervenção.

1 INTRODUÇÃO

Discussões sobre gênero têm se tornado frequentes na sociedade brasileira, tanto na mídia impressa quanto nas mídias virtuais. Até mesmo em novelas esse tema tem sido abordado, mobilizando discussões e as mais diversas opiniões e posicionamentos. Estudos sobre o tema têm se proliferado na academia e novos termos, conceitos e teorizações têm sido construídos para compreender o assunto.

O conceito de gênero, como se entende atualmente, foi criado por pesquisadoras feministas na segunda metade da década de 80 para estudar como eram construídas as desigualdades entre homens e mulheres. O conceito de gênero não se baseia nas diferenças biológicas, e sim nas representações culturais e sociais em que são construídas as categorias masculino e feminino. Como já disse Simone de Beauvoir em seu clássico *O segundo sexo* (1970) “não se nasce mulher, torna-se mulher”, da mesma forma, não se nasce homem, torna-se homem. As categorias homem e mulher são construções sociais, e não características biológicas inatas. Os estudos sobre gênero têm um caráter político de luta por relações mais

¹ Graduanda do curso de Psicologia, Cesuca- Faculdade Inedi. E-mail: gracizapello@gmail.com.

² Graduanda do curso de Psicologia, Cesuca- Faculdade Inedi. E-mail: lujustino@gmail.com.

³ Docente do curso de Psicologia, Cesuca- Faculdade Inedi. E-mail: fernandahartmann@cesuca.edu.br.

igualitárias entre homens e mulheres, pois entende-se que dessa forma haverá menos desrespeito e violência de um sexo em relação ao outro (Colling&Azevedo, 2016).

Se o conceito de gênero foi criado para representar as diferenças entre homem/mulher, masculino/feminino, atualmente o conceito extrapola essas definições binárias e abarca as diversas identidades como gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros (travestis, transexuais, andrógenos, transformistas, etc). Os estudos atuais de gênero questionam o pensamento binário, a heteronormatividade e a definição das sexualidades em categorias fixas, não passíveis de transição. A introdução dessas pautas sobre sexo/gênero foi tornando cada vez mais polêmica a discussão sobre gênero. Os estudos de gênero convergem na luta contra a homofobia, a misoginia e o sexismo, no entanto, a abordagem teórica é diversa (Colling & Azevedo, 2016).

No campo dos estudos de gênero, um dos termos chave é a heteronormatividade, ou seja, é a norma social assentada no binarismo de gênero e na complementaridade entre os mesmos. Para a heteronormatividade as categorias pênis-homem- atração sexual por mulheres e vagina-mulher- atração sexual por homens estão intrinsecamente relacionados, como se fossem uma determinação biológica. Pela perspectiva da heteronorma, não são consideradas outras orientações sexuais e de identidade de gênero (Oliveira & Diniz, 2014). Os estudos de gênero se propõem a problematizar e desconstruir as representações sociais da heteronormatividade, já que as mesmas são promotoras da discriminação e do sofrimento das pessoas que não se adequam à norma.

Carvalho & Júnior (2017) apontam para as classes dominantes da sociedade como ditadoras dos padrões do que é ou não normal. Dessa forma, esses padrões morais subentendidos como os “corretos” causam a invisibilidade social das pessoas com orientações sexuais e de identidade de gênero diferenciadas, produzindo o fenômeno da heteronormatividade. Nesse sentido, pode-se pensar que aquele que vai contra a normalidade definida pelas classes hegemônicas, acaba sendo “apagado”, e quem não existe, não tem direitos básicos como atendimento em serviços de saúde, educação, direitos jurídicos e etc.. enfim aos “invisíveis” só resta a marginalização social (Carvalho & Júnior, 2017). Os discursos de moralidade profanam a sexualidade divergente da norma e sacralizam a heterossexualidade, impondo ideias, ferindo direitos humanos e repudiando a liberdade das pessoas (Carvalho & Júnior, 2017).

A filósofa e feminista Simone de Beauvoir, uma mulher à frente do seu tempo, não compreendia o gênero de uma pessoa como biologicamente determinado e sim como uma elaboração social. Segundo Beauvoir “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher”. Oportunamente esta citação já traz uma percepção que coincide com as discussões de gênero, tão em voga na atualidade, que o sexo genético não estipula o gênero de um ser humano (Beauvoir, 1970).

O indivíduo que possui seu órgão sexual equivalente ao seu gênero é chamado de cisgênero e aquele no qual o gênero diverge do órgão sexual que possui é chamado de transgênero, ou seja, a genitália de um ser humano não define se ele é homem ou mulher (Silva & Santos, 2017). Nesse sentido, sexualidade e gênero são constructos diferentes. A identidade de gênero é como a pessoa se sente representada e a forma como o indivíduo se

relaciona sexualmente é a sua orientação sexual. Além de homens e mulheres cisgêneros e transgêneros, existem também as pessoas não binárias que são indivíduos dos quais não se classificam como gênero masculino e nem feminino. Dentro dessa diversidade, não há espaço para a obrigatoriedade da natureza biológica e outras identidades e orientações vão ganhando reconhecimento como os bissexuais que se relacionam com mais de um gênero, os pansexuais que se relacionam sexualmente com todos os gêneros e os assexuais que são indivíduos que não se relacionam sexualmente (ou de forma muito rara) e outros (Silva & Santos, 2017).

Os espaços educacionais são uma das principais instituições promotoras da heteronormatividade, pois alunos e alunas homossexuais e transgêneros são alvos de bullying, discriminação e violência (Bento, 2011). Os professores não estão preparados para intervir nessas questões e, às vezes, até mesmo por convicções pessoais, acabam não protegendo esses alunos e alunas da violência dos colegas, ou, por vezes, os próprios professores são os perpetradores dessa violência, através de piadas ou até mesmo da indiferença. Dessa forma, as pessoas que não se adequam a essas normas impostas acabam abandonando os estudos, ou melhor, são “expulsas” através de atos reiterados de violência. Esses casos de discriminação dentro da escola ficam escondidos nos números sobre evasão escolar, quando na verdade não foi uma evasão, e sim uma “expulsão”. A natureza da violência que uma criança tem que enfrentar ao abandonar a escola para trabalhar para ajudar a família não é a mesma de uma criança que abandonou a escola porque não foi aceita a singularidade de sua identidade (Bento, 2011).

Embora o Brasil seja um Estado laico, a religião tem influenciado fortemente as decisões no campo das políticas educacionais. No ano de 2015, o Ministério da Educação tentou criar um Comitê de Gênero que tinha como objetivo promover políticas de igualdade de gênero na educação. Embora o Ministro da Educação fosse favorável à discussão de gênero nas escolas, o projeto não vingou por pressão da chamada bancada evangélica. O Comitê de Gênero se transformou em Comitê de Combate à Discriminação, e a palavra gênero teve que ser apagada nas 14 vezes em que havia sido citada na proposta original. A bancada evangélica argumentou que a “ideologia” de gênero incentivaria a homossexualidade e a sexualização precoce das crianças (Colling & Azevedo, 2016).

No entanto, não existe uma “ideologia de gênero”, já que as ideologias e doutrinas são baseadas em crenças, o que difere do “conceito de gênero” que é fundamentado em paradigmas da ciência, em que através de estudos históricos e culturais procura-se saber o que as pessoas compreendem como masculino e feminino (Vieira; Machado; Bueno; Lewin, 2015). Esse entendimento é crucial para que se possa dar significado às percepções das diferenças que mobilizam as pessoas a terem comportamentos que contribuem para a exclusão escolar.

O argumento da bancada evangélica de que a discussão sobre gênero “incentivaria” a homossexualidade tem uma ideia de “contágio”. Como se a homossexualidade fosse uma doença contagiosa, da qual deve-se manter distância e não se pode nem falar sobre (Bento, 2011). Nisso pode-se pensar em como a heteronormatividade é frágil, como ela é construída através de um processo de heteroterrorismo que se manifesta de forma naturalizada na escola, onde o diferente é discriminado, as crianças não devem ter amigos homossexuais e as

tentativas de desconstruir essa heteronormatividade são barrados por grupos conservadores que se fazem detentores dessas mesmas normas sociais (Bento, 2011).

Os espaços educacionais são propagadores de padrões, tanto de modelos de discriminação quanto de conscientização (Gomes, 2016). As instituições educacionais, como socializadoras, ditam comportamentos e tornam a comunicação uniforme, facilitando a acomodação de normas pré-estabelecidas e transformando-as em padrões culturais na vida dos educandos (Gomes, 2016).

Os espaços educacionais podem ser compreendidos como espaços de diversidade nos seus mais variados aspectos, onde se deveria aprender os conceitos de igualdade, aceitação e de respeito a individualidade (Louro, 2012, citado por Silva e Santos, 2017). No entanto, o inverso se manifesta, e a escola funciona como um ambiente gerador de desigualdade e de separação. Essa distinção ocorre desde o seu início quando uns tinham direito de frequentar a escola e outros não. A escola também já dividiu, classificou e hierarquizou os que estavam nela. Dividiu adultos e crianças, protestantes e católicos, foram criadas escolas para ricos e escola para pobres, meninos foram separados de meninas. Esta segregação produzida nas instituições educacionais, é a mesma produzida pela sociedade. Ambas rotulam e criam moldes onde todos devem se encaixar, caso contrário, serão classificados como fora do padrão estabelecido e, por consequência, sendo instrumento de propagação de discriminação (Silva & Santos, 2017).

Além do afastamento escolar, o bullying homofóbico gera déficits de aprendizagem, problemas psicológicos, físicos e emocionais. E a responsabilidade do dano sofrido pelo estudante é da escola e da comunidade, que deve combater a violação de direitos investindo em programas que proponham salvaguardar a vítima assim como conscientizar e educar os protagonistas das agressões com objetivo de garantir o respeito e evitar as evasões escolares (Hruschka & Maio, 2015).

É chegado o momento de desfrutar do direito à educação, previsto pelo artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, a todo cidadão. Usufruir deste direito é primordial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo a educação um direito fundamental e instrumento de transformação, faz-se urgente a implementação de políticas públicas que promovam a conquista do exercício pleno da cidadania e que façam valer o direito de igualdade a todos aqueles que são vítimas de preconceitos pela sua orientação sexual e identidade de gênero (Hruschka & Maio, 2015).

Apesar da luta pela igualdade de direitos ser um assunto que sempre esteve em pauta na história da humanidade, ainda hoje a questão é motivo de muitos conflitos, pois as divergências de opiniões, o desrespeito às escolhas alheias acaba se tornando gerador de todas as formas de violência. A busca pelo cumprimento do princípio de isonomia do qual se refere o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira (1998)⁴, parece utopia diante das muitas injustiças sociais que ocorrem simultaneamente em todo o país. Estas que são originadas pela

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 02 Abril 2018.

intolerância religiosa, preconceito de cor, etnia, de orientação sexual ou de identidade de gênero, entre outros.

Pode-se constatar que ainda perduram as injustiças sociais e as desigualdades em que aquele que se desvia do padrão estipulado pela sociedade sobre a sexualidade e gênero é criminalizado, e isso tudo é endossado pelo Direito com sua postura de imparcialidade (Bahia, 2017). Do ponto de vista legal, na modernidade ocidental, procurou-se compreender o Direito por meio de um viés racional e autônomo, pois este se baseia em um código próprio, assim como qualquer outro sistema tem seu “código” como o religioso, moral, ético, social e econômico. Sendo assim, o Direito se concebe neste código em que admite a singularidade de cada pessoa, como um ser atribuído de razão, com direitos inalienáveis e também à igualdade, liberdade e propriedade (Bahia, 2017).

No entanto, se analisarmos a história poderemos constatar incongruências no que diz respeito à garantia à igualdade/liberdade/propriedade para todos os indivíduos, pois houve um tempo em que imperou a escravidão ao invés da liberdade, um tempo em que as leis respaldavam as desigualdades e nem todos podiam votar e muito menos serem votados, mesmo assim as pessoas nada possuíam além do seu próprio corpo, ferindo assim o princípio de direito à propriedade. Portanto, por muito tempo, o Direito corroborou com o abuso, consentindo nos direitos legais desiguais provando que não reconhecia de fato às diferenças dos indivíduos, o que na contemporaneidade não é diferente (Bahia, 2017).

Segundo Bahia (2017), no passado pode-se constatar que os dispositivos penais eram utilizados para punir aqueles que se desviavam do padrão estabelecido pela sociedade. No Reino Unido, por exemplo, até 1967 a homossexualidade era considerada crime e a punição poderia ser desde a prisão até a castração química. Até 1994, a homossexualidade também era criminalizada na Alemanha. Já nos Estados Unidos, até 2003, era passível de punição pela justiça. As primeiras punições àqueles que destoavam da orientação sexual ou de identidade de gênero do modelo prescrito pela sociedade, foram realizadas pela religião em defesa de seus códigos de crenças e suas questões morais. Atualmente, no Brasil, embora não haja uma punição formal, algumas religiões ainda protagonizam a repulsa à homossexualidade. Além disso, algumas manifestações médico-psiquiátricas acreditam que a homossexualidade é uma doença. Não obstante, as ciências jurídicas demonstram ser insuficientes e incapazes de manter a ordem e o entendimento.

Vários segmentos da sociedade também compactuam com a repressão e com o ódio, promovendo a violência a quem assume sua orientação sexual e sua identidade de gênero diferente do que se considera “normal” (Bahia, 2017). Entre estas parcelas da sociedade promotoras de discriminação estão também uma das instituições mais importantes à vida das pessoas: a família. A imposição da heteronormatividade e a falta de apoio familiar às pessoas transgênero já vem desde a infância quando os pais transmitem aos filhos suas expectativas estereotipadas de gênero biológico com a proibição de comportamentos que não condizem com o gênero que lhes é atribuído ao nascer, configurando dessa forma o heteroterrorismo desde cedo (Cruz, 2014; Garcia, 2007; Guerra, 2017).

A negação de um familiar transgênero se propaga até a vida adulta quando o preconceito se soma aos diversos segmentos de segregação como trabalho, espaços

educacionais, igreja e da sociedade em geral. Sendo a família a instituição mais causadora de sofrimento psíquico, pois a incompreensão familiar impacta fortemente a vida dos sujeitos. Enquanto alguns acabam por ter que se prostituir para poder se manter, outros desistem da vida e recorrem ao suicídio (Cruz, 2014; Garcia, 2007; Guerra, 2017). A homotransfobia, que é a discriminação da orientação sexual e da identidade de gênero, ainda é um assunto complexo pelo fato das leis terem sido criadas com base em normalidades em que todas as pessoas devem caber na mesma ‘caixa’, ou seja, possuírem o mesmo padrão, provando assim que não há espaço para o reconhecimento de diferenças, e ao não se enquadrar nas linearidades impostas, se é discriminado e patologizado (Bahia, 2017).

Após a Segunda Guerra Mundial, este quadro vem se transformando, ainda que lentamente, e as pessoas passaram a expressar a necessidade de assumir suas singularidades, e assim criar novas “caixas” para serem aceitas em seus diferentes padrões. Atualmente, luta-se para atribuir autenticidade às novas normalidades, o que não parece eficaz, pois toda luta por inclusão parece sempre excluir alguém (Bahia, 2017).

O discurso de ódio e a violência nas escolas promovem a exclusão do estudante transgênero. As pessoas que não pertencem aos padrões ditos como “normais” são vítimas constantes dos mais variados tipos de agressões, violação de direitos e discriminação, transformando o contexto pedagógico em uma ‘guerra’ onde não se pratica o princípio de equidade que está disposto na Constituição Federal, princípio fundamental a que todo cidadão tem direito (Vieira et al, 2015): “Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”⁵.

Sobre a violência ao público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), pode-se perceber que esses sujeitos, geralmente agrupados como homossexuais, sofrem a violência de maneira diferenciada. As travestis são as maiores vítimas da violação dos direitos humanos, como por exemplo, não ter direito a usar seu nome social e nem mudar o seu registro. A violência direcionada a essa população é realizada de forma mais violenta, o que é chamada de transfobia (Cruz & Souza, 2014). Esta série de atitudes hostis, denominada transfobia, favorece a exclusão dificultando simples direitos como usar o banheiro público que equivalha ao seu gênero, inviabiliza também o direito à educação e ao mercado de trabalho qualificado. Este preconceito incentiva também a diversidade de violências como insultos, agressões, ameaças e fatalmente os homicídios (Cruz & Souza, 2014).

No que se refere ao contexto brasileiro, é fato que as principais denúncias de discriminação que chegam a Defensoria Pública de São Paulo, por exemplo, são em relação ao desrespeito à identidade de gênero de travestis e transexuais, a negação em chamar o indivíduo pelo nome social (que é o nome pelo qual a pessoa se sente representada), o ultraje à população LGBT além das agressões físicas, sendo esta última também direcionada às mulheres (Vieira, 2015). Nesse sentido, tornou-se um grande desafio para o Direito deliberar o conflito gerado pela diversidade, mesmo com o respaldo legal que postula sobre a igualdade de direitos no que concerne a várias questões, sejam raciais, de cor, de etnia, política, religião

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 03 Abril 2018.

de gênero e outras. Faz-se mister resolver o problema das desigualdades, promotoras de exclusão, e ponderar sobre novas formas de categorias para ir além das ideias binárias (Bahia, 2017).

Dessa forma, para que todos e todas tenham seus direitos preservados é necessário que se promovam espaços de discussão de gênero em diversos contextos. A escola, por sua vez, deveria ser um espaço privilegiado para discussão desses temas. Quanto mais cedo se intervir na escola, mais chances se têm de desconstruir estereótipos de gênero, já que as crianças são mais receptivas aos ensinamentos devido à plasticidade cerebral e à própria socialização de gênero, que já começa na infância (Botton, 2017). Intervenções psicossociais de discussão de gênero com crianças do ensino fundamental já se mostraram produtivas (Botton, 2017), e acreditamos que esse é o caminho. Um caminho que passa pelo diálogo, empatia, respeito e compromisso com as transformações sociais.

Para Krznaric (2015), a empatia é uma ferramenta poderosa para transformar os afetos e as relações, pois ao se colocar no lugar do outro, experimenta-se os sentimentos de alguém, o que pode propiciar uma maior compreensão da vivência deste. Esta sintonia com o sofrimento das pessoas transgênero pode ser uma ferramenta importante a ser trabalhada em processos de intervenção nos espaços educacionais e até mesmo em outros contextos, pois proporcionar um movimento de “sair de si mesmo e enxergar com os olhos alheios”, poderia abrir brechas em convicções e assim inovar pensamentos e relações.

Esse artigo tem o objetivo de apresentar os resultados de uma intervenção reflexiva sobre transexualidade e gênero realizada com acadêmicos de Psicologia do Complexo de ensino superior de Cachoeirinha (Cesuca). A intervenção teve sete etapas e um fechamento e problematização ao final, e contou com 165 participantes. Nos subtítulos a seguir serão apresentadas a metodologia utilizada para intervenção e os resultados e discussão dos dados coletados através do instrumento avaliativo (questionário).

2 METODOLOGIA

Visando ilustrar e promover uma reflexão sobre o quadro do preconceito e da discriminação sofrida pela população transexual nos dias atuais, a turma da disciplina de Seminário Integrador do curso de Psicologia, composta por 22 alunos, realizou uma intervenção sobre a temática da transexualidade e construiu, sob a orientação da professora responsável, um cenário dinâmico que envolveu teatro e atividades de interação com o público, que eram acadêmicos do mesmo curso, além de alguns professores. A intervenção teve sete etapas e um fechamento e problematização ao final, e contou com 165 participantes. Este estudo teve um caráter exploratório e teve delineamento quantitativo.

Na primeira etapa, a intervenção começou com a encenação de um ato de violência e preconceito: agressões verbais proferidas ao público LGBT. No escuro, e com uma trilha sonora que aludia ao horror, drama e suspense e com uma série de xingamentos e palavrões dirigidos ao público LGBT, algumas alunas representavam, em tom de insulto, o ódio da

sociedade. À medida que as agressões verbais eram proferidas, os celulares das “agressoras” iam iluminando e revelando aos poucos os seus rostos. Para finalizar esta primeira parte, as estudantes informaram aos espectadores os dados estatísticos sobre as formas de violência contra estes indivíduos e suas expectativas de vida diante da discriminação.

Para a segunda etapa, ainda com a mesma trilha sonora de suspense, porém com uma iluminação focal, entra no cenário uma aluna atuando no papel de uma mulher transgênero (Beatriz), outra que vestia uma camiseta com a palavra “sociedade” escrita e outra aluna com uma camiseta escrito “humanidade”, estas duas últimas representando dois eixos divergentes. Enquanto Beatriz, vestida de terno e gravata, entra em cena de forma enérgica e dramática, tentando se livrar de suas vestimentas masculinas, a aluna, representante da sociedade, lançava mão de extrema opressão, com deboches e frases irônicas que confrontavam a sua identidade de gênero. No outro extremo, a aluna que atuava como a personagem “humanidade”, em tom de indignação e defesa da jovem transgênero, exige o respeito a que Beatriz tem direito como um ser humano. Já sem as roupas masculinas, esta cena termina como Beatriz oprimida e atordoada diante do preconceito da sociedade.

Na terceira etapa, segue-se com uma trilha sonora mais suave, com um toque de drama que mostra a história de um jovem (Diego) que procura vencer a discriminação por ser transgênero. O drama começa com este olhando-se no espelho e entristecido com uma imagem feminina que não o representa. Então, decide reagir e num gesto de recusa da imagem refletida no espelho, prende o cabelo, enfaixa os seios, coloca um boné em sua cabeça, enfim veste-se de acordo com sua identidade de gênero masculina. A cada final de cena, o protagonista levanta um cartaz com uma frase para reflexão que também é falada ao microfone. A primeira frase ao final desta cena era “Lute pela igualdade sempre que as diferenças te discriminarem”.

Em seguida, o jovem pega seu currículo profissional, carteira de trabalho e vai em busca de um emprego, quando é recusado para a vaga, sendo tratado com hostilidade. A discriminação fica evidente quando a próxima candidata, que é cisgênero, recebe um tratamento superior e consegue a vaga de emprego. Então mais uma frase é mostrada para a reflexão: “Quando eu me aceito, me liberto do peso de esperar que você me aceite”. O personagem, com seus trajes masculinos, chega em casa e é recebido com espanto e desprezo pela mãe, que o compara com a filha menor, que a mãe veste de maneira delicada, conforme ela acredita que deva se vestir uma menina. A mãe não se conforma com a decisão da filha mais velha em assumir sua identidade masculina e a põe para fora de casa. A frase a seguir apela para o dever de respeitar as pessoas e suas escolhas “Aceitar é uma escolha sua, respeitar é um dever de todos”.

O jovem procura a família novamente e convida-os para irem a uma psicóloga juntos, e a mãe apesar de relutante, concorda. Neste cenário, a psicóloga trabalha para a compreensão da família. A cena dramática termina com um desfecho positivo quando a mãe e a irmã acabam aceitando sua identidade transgênero. As próximas frases fazem refletir sobre a importância dos vínculos familiares para o indivíduo: “Quando as raízes são fortes, não há razão para temer o vento” e “Família, lugar de aceitação, porto seguro, amor incondicional”. Para encerrar, o protagonista desta cena, Diego, conta para a plateia a sua história de vida em meio ao preconceito juntamente com a protagonista da primeira cena, Beatriz, que também

conta sobre o seu sofrimento desde a infância em meio a segregação. Surge também mais uma nova personagem travesti que, de forma indignada, conta o seu sofrimento e pede respeito à população trans.

Para a quarta etapa foi realizado um “quiz” interativo com a plateia, que além de informar pretendia testar os conhecimentos dos participantes sobre o assunto. Neste “quiz” eram realizadas perguntas sobre o tema de gênero. Para isso foram distribuídos cartões com diversas respostas e apitos entre os participantes da intervenção. Aqueles que estavam de posse da resposta certa deveriam usar o apito e responder.

Na quinta etapa, foi apresentado aos participantes a “trilha da vida”, ilustrada em um tapete confeccionado pelos acadêmicos, como um jogo de tabuleiro em que as pessoas deveriam avançar ou retroceder “casas”. Nessa trilha estavam pintadas algumas etapas e eventos da vida, aos quais as pessoas normalmente passam, na seguinte ordem: nascimento, família, escola, adolescência, vida social, trabalho, sonhos e identidade. Participaram dessa dinâmica, duas pessoas da plateia, escolhidas aleatoriamente e um aluno da turma de Seminário Integrador. Os participantes deveriam trilhar por este tapete de acordo com as instruções recebidas, enquanto uma aluna da turma de Seminário Integrador, vestida de preto, com uma corda na mão, representando a “morte”, rondava entre as pessoas nas etapas da linha da vida, sugerindo que nem todos passariam por todas as fases, pois a morte poderia levar alguém a qualquer momento, conforme tinha sido a sua experiência de vida. A personagem “morte” envolveu com a corda o pescoço de um dos participantes, simbolizando assim que a sua trajetória foi interrompida pelo preconceito em uma das fases, enquanto os outros seguiram até o final, porém com vivências diferentes.

Na sexta etapa, em meio a fumaça e ao som da mesma trilha sonora da terceira etapa, surge o personagem Diego, muito sorridente, de terno e gravata. Segurando uma pasta de negócios, ele entrega sua carteira de trabalho para a recrutadora da agência de empregos e os dois apertam as mãos simbolizando a quebra do preconceito através da conquista do emprego. Diego levantou a carteira de trabalho diante da plateia como se estivesse levantando um troféu, celebrando dessa forma a sua vitória diante da luta em ser aceito e respeitado pela sociedade. Este desfecho positivo foi aplaudido pela plateia, demonstrando com esta atitude que todos torciam por este final feliz.

Chegando na sétima etapa, na mesma fumaça em que Diego desaparece, surge Beatriz, que é a personagem da segunda etapa que sofria a opressão da sociedade por ser uma mulher trans. Porém, desta vez Beatriz aparece se maquiando diante do espelho, de vestido curto e sapatos de salto alto, ela arruma os cabelos e sorri feliz ao ver refletida no espelho a imagem da mulher que sempre sonhou em ser. A jovem transgênero segue caminhando realizada, e a plateia mais uma vez aplaude com empolgação, reconhecendo sua conquista.

A seguir, foi realizado o fechamento, ao som da música “Meninos e meninas” da banda Legião Urbana os 22 alunos da disciplina de Seminário Integrador entram em cena, com balões coloridos nas mãos, assim como a bandeira LGBT que representa a diversidade por meio das cores. Enquanto cantam e batem palmas, toda a plateia é convidada a se juntar a este movimento de celebração.

Após a intervenção, foi aberto um espaço para comentários sobre o tema apresentado e sobre a intervenção, em que alguns estudantes e professores puderam expor suas considerações. Na sequência, foi distribuído o instrumento de avaliação, que consistia em um questionário (figura 1), elaborado pelos alunos da disciplina de Seminário Integrador, com oito perguntas que exploravam as percepções e sentimentos em relação à intervenção assistida e a opinião dos participantes sobre a temática de gênero. A análise dos resultados foi realizada através do levantamento das frequências das opções assinaladas.

Figura 1

A partir da vivência promovida pela intervenção, responda o questionário a seguir:

- 1) Quando você experimentou os xingamentos e sala escura, qual sentimento foi suscitado de forma mais intensa?
 Desconforto
 Tristeza
 Angústia
 Outro. Qual? _____
- 2) Cenas de opressão e discriminação foram apresentadas. Se você presenciasse uma cena de violência qual seria sua atitude?
 Denunciaria
 Interviria verbalmente
 Interviria fisicamente
 Ignoraria
- 3) Enumere de 1 a 5, sendo que 1 é o de menor relevância e 5 o de maior relevância, os contextos que geram sofrimento nas pessoas transgêneras:
 Família Escola Trabalho Sociedade Igreja
- 4) Você acha que as escolas devem abordar o tema das diferentes identidades de gênero?
 Sim Não
- 5) Numa escala de 1 a 5, sendo 1 pouco relevante e 5 muito relevante, qual seria a sua opinião quanto as informações obtidas sobre o tema das pessoas transgêneras?
 1 2 3 4 5
- 6) Dos aspectos contemplados na intervenção, qual lhe causou mais impacto?
 Violência
 Sofrimento psíquico
 Invisibilidade social (sujeito sem direitos sociais)
 Dificuldade na interação social
- 7) Numa escala de 1 a 5, sendo 1 para relevante e 5 muito relevante, qual a relevância do tema abordado nesta intervenção (identidade de gênero), na sua formação em Psicologia?
 1 2 3 4 5
- 8) Se você pudesse, em uma palavra, representar a sua experiência com essa intervenção, qual seria essa palavra?

Fonte: Desenvolvido pelos acadêmicos da disciplina Seminário Integrador do Cesuca.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados a seguir o levantamento das frequências das respostas do questionário. Apresentar-se-á os resultados das questões 1 à 7, que correspondem a questões fechadas para análise quantitativa. As respostas à questão 8 (“Se você pudesse, em uma

palavra, representar a sua experiência com essa intervenção, qual seria essa palavra?") não serão apresentadas, já que utilizaremos método quantitativo e não se pretende realizar análise de conteúdo dessas respostas mais subjetivas.

A primeira pergunta da pesquisa intencionou saber quais os sentimentos foram suscitados nas pessoas ao assistirem a primeira cena da intervenção, cena em que ocorreram xingamentos dirigidos ao público transgênero. A pergunta era “Quando você experimentou os xingamentos e sala escura, qual sentimento foi suscitado de forma mais intensa?” Havia quatro opções de questões fechadas: desconforto, tristeza, angústia, outro (qual?). Das 165 pessoas que responderam o questionário, duas deixaram em branco a resposta, e o restante marcou, em primeiro lugar o sentimento de “angústia” que foi assinalado 74 vezes (39,8%), depois a “tristeza” 62 vezes (33,3%) e por último o “desconforto” 37 vezes (19,9%). A opção “outro (qual)” foi marcada por 11 pessoas (5,9%). As palavras citadas no campo “qual” foram: nenhum, ódio, medo (2 vezes), raiva (2 vezes), empatia, vergonha, comoção, vergonha alheia, impactado. Os resultados sugerem que o sentimento de angústia que a maioria dos participantes sentiu durante a cena pode promover o exercício de imaginação de se colocar no lugar de sofrimento do outro, reflexão necessária para que seja desenvolvido um sentimento de empatia.

Segundo Krznaric (2015) a empatia é um sentimento que pode transformar as relações humanas, semelhante à bondade, produz ações de afeto e de atenção para o outro, sendo também promotora significativa de mudanças sociais. Essa forma de se colocar no lugar do outro e tentar compreender a sua diferença em relação a si mesmo, pode ser um “instrutor” importante para as nossas atitudes, portanto acredita-se que os sentimentos causados pelo impacto da intervenção são positivos, pois podem sensibilizar as pessoas à transformações em suas maneiras de agir em relação à população trans.

A cena inicial da intervenção pretendia realmente mobilizar sentimentos que pudessem despertar na plateia a reflexão sobre o discurso de ódio da sociedade contra a população trans. Um discurso que fomenta a violência de várias formas, que nesta cena foi transmitido pelas palavras pejorativas e ultrajantes às quais as pessoas LGBT têm sido vítimas. Conforme Cruz & Souza (2014), o ódio explícito e a intolerância manifestados com violência, seja ela física ou verbal, baseados na orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos é intitulado como homofobia e caracteriza o preconceito e a discriminação.

A segunda pergunta do questionário dizia respeito à atitude do entrevistado diante de uma cena de violência, ou seja, se faria algo para impedir ou teria um comportamento passivo. A questão perguntava o seguinte: “Cenas de opressão e discriminação foram apresentadas. Se você presenciasse uma cena de violência qual seria sua atitude?” Então a questão seguia com quatro opções: denunciaria, interviria verbalmente, interviria fisicamente, ignoraria. Com esta questão se pretendia verificar até que ponto as pessoas estão dispostas a serem agentes ativos no combate à discriminação. Os resultados mais significativos demonstraram que a maioria dos alunos não seria indiferente a tal episódio discriminatório, pois 97 marcaram a opção para intervenção verbal (51,6%) e 77 acadêmicos marcaram que denunciariam (41%), enquanto que uma minoria de 10 acadêmicos marcou intervenção física (5,3%) e apenas 4 acadêmicos marcaram a alternativa ignoraria (2,1%).

Embora a literatura aponte que a sociedade, em geral, se omite diante das violências e discriminação às pessoas trans (Bento, 2011; Bahia, 2017), a maioria dos participantes assinalou as opções relativas a intervenções em situações de violência contra esse público. Pode-se pensar que pelo fato dos participantes serem acadêmicos e docentes de Psicologia eles tenham oportunidade de desconstruir estereótipos e preconceitos, o que nem sempre acontece na sociedade em geral. Também pode-se pensar que esse resultado também se deu em função da própria intervenção que sensibilizou os participantes para esse tema.

Quanto às atitudes da sociedade em geral frente à violência e a discriminação pela orientação sexual e identidade de gênero, há que se pensar em formas de acolhimento e reconhecimento da diversidade, de culturas que fomentem a inclusão, a proteção e promoção dos direitos humanos. Seja por meio de espaços de partilha para a toda a população, de educação, de aprendizados para lidar com a desinformação e com o preconceito e de estratégias dinâmicas que possibilitem a reflexão e que combatam a negligência de algumas classes e esferas da sociedade (Guerra, 2017).

Na terceira questão pedia que se enumerassem por ordem de relevância os contextos geradores de sofrimento na vida das pessoas transgênero, para isso, utilizou-se de uma escala *likert*. A pergunta era: “Enumere de 1 a 5, sendo que 1 é o de menor relevância e 5 é o de maior relevância, os contextos que geram sofrimento nas pessoas transgênero.” As alternativas eram estas, nesta ordem: família, escola, trabalho, sociedade e igreja.

Os dados apontaram a seguinte ordem da maior para a menor relevância: “família” com 58,8%, “sociedade” com 41,2%, “igreja” com 32,1, “trabalho” com 19,4 e “escola” com 17,6% votos. Estes resultados apontam para percepção dos participantes de que a família é o contexto que causa mais sofrimento às pessoas transgênero.

A família é o núcleo fundamental na vida dos indivíduos, lugar de proteção, é onde ocorrem as primeiras interações, experiências, e onde se desenvolvem os afetos (Guerra, 2017). As famílias extremamente conservadoras têm grandes dificuldades em compreender o conceito de transgênero, e quando confrontadas com esta situação dentro do seu próprio núcleo familiar não sabem como lidar, pois também são acometidas de sofrimento por causa da vergonha e muitas vezes sentem culpa, como se a orientação sexual do familiar fosse um erro que eles causaram de alguma forma que sequer entendem como (Guerra, 2017).

Concomitante à incapacidade de enfrentar a situação, a família acaba por ser geradora de abandono e conseqüentemente a primeira a promover a exclusão desse familiar transgênero (Guerra, 2017). Ao não aceitar o “seu” transgênero, a família acaba por não “investir” mais neste indivíduo financeiramente. Sendo assim, ele também perde a sua casa e sem condições de investir na sua qualificação profissional, o mercado da prostituição acaba por ser a sua única alternativa de sobrevivência (Garcia, 2007).

Compreende-se que a partir dessa falta de apoio familiar, a segregação acontece como que em “cadeia”, pois outros segmentos como escola e trabalho acabam também por “fechar as portas” para estes cidadãos que nasceram, no corpo errado, mas que não têm menos direitos de serem felizes do que os heterossexuais (Garcia, 2007). Enfim, esse

heteroterrorismo, que em muitas vezes é iniciado dentro da família, se expande para os segmentos mais importantes da vida das pessoas, causando angústia, sofrimento, perdas e solidão, levando muitos ao suicídio, porque vivem num país que não as reconhece, em um corpo que não lhes pertence, em uma família que não as aceita.

Quanto às respostas que os participantes deram à quarta questão “você acha que nas escolas deve-se abordar o tema das diferentes identidades de gênero?” as respostas foram: 150 pessoas responderam que sim (90,4%), 12 responderam que não (7,2%), 3 não responderam (1,8%), e um questionário foi anulado pois a pessoa respondeu sim e não (0,6%).

Pode-se verificar que a maioria dos participantes da intervenção concorda que é importante tratar do tema de gênero nas escolas. Entretanto, pode-se pensar que pelo fato dos participantes serem da área da Psicologia que é um curso que promove reflexão sobre subjetividades, direitos humanos e saúde, essas pessoas estão um pouco mais abertas para essa possibilidade. Já em outros espaços, essa questão ainda sofre uma resistência da grande maioria, como em algumas igrejas e espaços mais conservadores (Colling & Azevedo, 2016).

A questão cinco visava saber a opinião das pessoas sobre as informações obtidas sobre o tema das pessoas transgênero, para isso, utilizou-se de uma escala *likert*. A questão tinha o seguinte enunciado: “Numa escala de 1 a 5, sendo 1 pouco relevante e 5 muito relevante, qual seria a sua opinião quanto às informações obtidas sobre o tema das pessoas transgênero?” Três participantes marcaram a opção 1, pouco relevante, (1,8%) e cento e oito participantes marcaram a opção 5, muito relevante, (65,1%). Nenhum participante marcou a opção 2 da escala *likert*, dezenove participantes marcaram a opção 3 da escala *likert* (11,4%), 34 marcaram a opção 4 (20,5%) e três questionários foram anulados por falta de resposta ou por marcação de mais de um item (1,2%).

Pode-se evidenciar que a maioria dos participantes considerou as informações muito relevantes (65,1%). É muito importante que os futuros profissionais da Psicologia tenham acesso a essas informações. Essa aproximação com o tema irá auxiliá-los no futuro, quando tiverem que se deparar com questões desse tipo. Em contextos em que um Psicólogo atua, como na escola, ter um profissional mais apropriado sobre esse tema faz toda a diferença (Hruschka & Maio, 2015).

A questão seis do questionário procurou investigar o que causou mais impacto em relação aos temas que foram abordados na intervenção como um todo. A questão perguntava: “Dos aspectos contemplados na intervenção, qual lhe causou mais impacto?” Nesta pergunta havia quatro opções de resposta: violência, sofrimento psíquico, invisibilidade social (sujeito sem direito sociais) e dificuldades na interação social. O aspecto mais assinalado como causador de impacto foi a “violência” com 70 votos (37,6%), “sofrimento psíquico” com 65 (35,0%) seguido por “invisibilidade social” com 38 votos (20,4%), e por último as “dificuldade na interação social” com 13 votos (7,0%).

A violência foi o aspecto que mais causou impacto nos participantes (37,6%). A violência tem diversas faces com manifestações mais ou menos graves, físicas e psicológicas, e acompanham o decorrer da vida de uma pessoa transgênero, causando sofrimento

significativo e marcas que são intensificadas com o passar dos anos e que lhes negam o direito à cidadania (Guerra, 2017). Como foi bem ilustrado na intervenção, o desrespeito à igualdade e à liberdade de identidade são “violências” que aparecem em diversos contextos como no preconceito da família, bullying nas instituições educacionais, exclusão no mercado de trabalho, agressões físicas e verbais na rua e segregação nas instituições religiosas.

Na questão 7 o objetivo era saber que relevância os participantes atribuíam a temática da identidade de gênero na formação em Psicologia, e para isso foi utilizada uma escala *likert* de 1 a 5. A questão perguntava: “Numa escala de 1 a 5, sendo 1 para pouco relevante e 5 muito relevante, qual a relevância do tema abordado nessa intervenção (identidade de gênero) na sua formação em Psicologia?” Um participante marcou a opção 1, pouco relevante (0,6%), nenhum participante marcou a opção 2, doze participantes marcaram a opção 3 (7,4%), vinte e dois participantes marcaram a opção 4 (13,7%), cento e vinte e seis participantes marcaram a opção 5, muito relevante (78,3%).

Em mais uma questão sobre a relevância do tema, a grande maioria marcou como muito relevante. Uma formação que não contemple as discussões sobre gênero é uma formação desatualizada. É muito importante que se fale e se aprenda sobre gênero, principalmente na Psicologia, que é uma profissão que lida com a subjetividade humana. E quanto mais se falar e se discutir sobre esse tema vai se desconstruindo estereótipos heteronormativos (Bento, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar os resultados de uma intervenção reflexiva sobre transexualidade e gênero realizada com acadêmicos e corpo docente do curso de Psicologia do Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha (Cesuca). O instrumento de intervenção utilizado foi uma dramatização e um questionário, elaborado pelos alunos da disciplina de Seminário Integrador, com oito perguntas que exploravam as percepções e sentimentos dos participantes em relação à dramatização assistida e a opinião sobre a temática de gênero. A análise dos resultados foi realizada através do levantamento das frequências das opções assinaladas.

Os resultados apontaram que a maioria dos participantes sentiram angústia ao ser expostos a encenação contendo violência contra o público LGBT (39,8%). A maioria também afirmou que interviria verbalmente em uma situação de violência contra esse público (51,6%). A família foi citada pela maioria dos participantes como o contexto que mais causa sofrimento à pessoa trans (58,8%). Sobre a importância de se discutir gênero nas escolas, 90,4% dos participantes assinalaram que sim. Quanto a relevância do tema 65,1% afirmaram que é muito relevante. Os participantes reportaram que o que causou mais impacto na intervenção foi as encenações de violência (37,6%). E sobre a relevância do tema para a formação em Psicologia 78,3% dos participantes marcaram como muito relevante. Esse estudo teve um caráter exploratório e como limitação pode-se citar a impossibilidade de

generalizar os resultados pois foi utilizada uma amostra que não representa fielmente a população brasileira e com viés por serem estudantes e professores de Psicologia.

Constatou-se que a intervenção realizada em uma instituição educacional com atividades interativas e teatro, utilizados como instrumentos de comunicação, promoveram reflexões importantes que se demonstraram como caminhos alternativos possíveis e eficazes para a promoção de ações educativas. A discussão e exposição dos temas nesse formato mais teatral e participativo auxiliou a impactar e sensibilizar a comunidade acadêmica para o sofrimento das pessoas trans. Inferiu-se através dos resultados que os participantes conseguiram se conectar com o sofrimento dos indivíduos transgênero e consideraram de suma importância essas reflexões. Intervenções como essa podem ser realizadas em outros espaços, principalmente em contextos de escola, ensino médio e ensino fundamental, onde o preconceito e a discriminação ainda imperam.

REFERÊNCIAS

- Bahia, A. G. M. F. M. (2017). Sobre a (in)capacidade do direito de lidar com a gramática da diversidade de gênero. *Revista Jurídica da Presidência*, 18 (116), 484-488.
- Beuvoir, S. (1970). *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Botton, A. (2017). Reflexões sobre uma intervenção para discutir gênero no ensino fundamental: *possibilidades de práticas utilizando a literatura infantil*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Psicologia, Escola de Ciências da Saúde, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), 549-559.
- Carvalho, C. O.; Júnior, G. S. M. (2017). Isto é um lugar de respeito!: A construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*. vol. 09, nº 1. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/viewFile/26356/19535>> Acesso em 11 Junho 2018.
- Colling, A. M.; Azevedo, P. T. (2016). Os usos da linguagem nos estudos de gênero. In: M. N. Strey & S. D. Cúnico (Eds.), *Teorias de gênero: feminismos e transgressão* (pp.312-329). Porto Alegre, Brasil : EDIPUCRS.
- Cruz, M. S.; Souza, T. S.. (2014). Transfobia mata! Homicídio e violência na experiência trans. *Revista do curso de direito. UFMA, São Luís, Ano IV, n. 8*.
- Garcia, M. V. R. (2007) *Dragões. Gênero, corpo e violência na formação da identidade entre as travestis de baixa renda*. São Paulo.

Gomes, R. P. P. (2016). Relações de gênero no ambiente escolar. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52006>>. Acesso em 12 Junho 2018.

Guerra, J. R. V. (2017). A discriminação sexual com pessoas transgêneros. Disponível em: <<https://www.iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/3017/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o-A-discrimina%C3%A7%C3%A3o-sexual-com-pessoas-transg%C3%A9nero-vol.-2.pdf>>. Acesso em: 12 de Junho 2018.

Hruschka, J; Maio, E. R. (2015). Gênero e Diversidade Sexual: *análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas Públicas Estaduais de Londrina/PR – Ensino Médio. Revista Eletrônica de Educação*, 9(1), (p.79).

Krznaric, R. (2015). O poder da empatia: a arte de se colocar no lugar do outro e transformar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=kGvLCQAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=O+poder+da+empatia:+a+arte+de+se+colocar+no+lugar+do+outro+e+transformar+o+mundo&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjiloO3s-jbAhVDEZAKHZowDG8Q6AEIKDAA#v=onepage&q=O%20poder%20da%20empatia%20a%20arte%20de%20se%20colocar%20no%20lugar%20do%20outro%20e%20transformar%20o%20mundo&f=false>>. Acesso em 10 Junho 2018.

Oliveira, R. M. de & Diniz, D. (2014). Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo. *Educação & Realidade*, 39(1), 241-256.

Silva, D. I. S. C; Santos, O. J. S. (2017). Gênero e sexualidade: *discutindo e esclarecendo mitos sobre a diversidade de gênero e sexualidade na educação*. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3312/FALE_81-90.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 31 Março 2018.

Vieira, V. A; Machado, B. F; Bueno, M. E; Lewin, A. P. M. (2015). Gênero e diversidade sexual nas escolas: *uma questão de direitos humanos*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/genero-e-diversidade-sexual-nas-escolas-uma-questao-de-direitos-humanos-6727.html>> Acesso em: 03 Abril 2018.